

Ensino de química para deficientes visuais.

Rafael Lopes Oliveira¹ (IC)*, Luiz Sérgio Radino Lamego² (PQ), Cristina Maria Carvalho Delou³ (PQ)

1. Instituto de Química, Universidade Federal Fluminense, Outeiro São João Batista s/n, 24020-150, Niterói, RJ, Brasil.

2. Departamento de Físico-Química, Instituto de Química, Universidade Federal Fluminense, Outeiro São João Batista s/n, 24020-150, Niterói, RJ, Brasil.

3. Faculdade de Educação, Campus do Gragoatá, bloco D, Sala 428, Rua Visconde do Rio Branco, 882, 24210-350, Niterói, RJ, BRasil

Endereço eletrônico: raffool@globo.com¹, lsramego@uol.com.br², cristinadelou@globo.com³

Palavras Chave: Deficiente visual, Recursos didáticos, ensino de química para deficientes visuais

Introdução

Segundo o censo de 2000, cerca de 16,6 milhões de brasileiros possuem deficiência visual, cerca de 15% da população brasileira e 48% das ocorrências de deficiências. Apesar desses números representarem uma parcela significativa da população brasileira, estas proporções não se repetem nas salas de aula do ensino médio.

A LDB e a Declaração de Salamanca (que o Brasil é signatário) propõem uma educação inclusiva em todos os níveis. Que deve se dar na rede regular de ensino, preferencialmente.

O ensino de química é tradicionalmente baseado na visão, na observação de fenômenos e reações químicas. Nestas, as alterações são determinadas pela mudança de cor, pelo aparecimento de um precipitado colorido, pela formação de gases... Mesmo fora do laboratório e sem experimentos, as estruturas das moléculas e as equações químicas dominam o ambiente, visualmente.

Surgem, então, questões importantes: será que um aluno deficiente visual consegue aprender química? Como ensinar química a um deficiente visual?

Os objetivos deste trabalho foram: refletir sobre o ensino de química para alunos deficientes visuais de ensino médio oferecido em uma unidade escolar do município do Rio de Janeiro; analisar o material didático de química que os alunos deficientes visuais utilizam e experimentar a prática pedagógica de química com alunos do ensino médio com deficiência visual.

Resultados e Discussão

Podemos pensar em três condições básicas para inclusão de um aluno deficiente em uma escola: a estrutura física, a metodologia de ensino e a formação de professores. Vamos enfocar cada um separadamente.

A estrutura física do colégio não oferece empecilho para a inclusão desses alunos, pois possui corredores amplos, elevadores, rampas e salas com identificação em Braille, além de um setor de auxílio específico para deficientes visuais.

O colégio coloca à disposição dos alunos alguns materiais específicos para estudo, como cópias do 30ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Química

tipo ampliado e em Braille (não há texto de química), computadores com o sistema DOSVOX com acesso a Internet e alguns diagramas feitos em relevo, que não são utilizados em sala de aula pelos professores. O colégio oferece aulas de apoio fora do horário de aula dos alunos.

Apesar de materiais específicos estarem sendo desenvolvidos, não há, por parte da instituição, uma busca em atualização de materiais, visto que os alunos necessitam do auxílio de leitores, ou de aulas de apoio, para entender esquemas, modelos, diagramas e teorias.

Quanto à formação de professores, não foi detectado estímulo para que os professores do colégio se atualizassem com relação a esta situação que se apresenta.

Conclusões

A realidade escolar que o aluno deficiente visual enfrenta ainda não está adequada para promover sua inclusão. O Brasil se comprometeu a oferecer educação inclusiva pela LDB e pela declaração de Salamanca, porém, essa proposta tem encontrado vários obstáculos, posto que a falta de professores habilitados, a falta de conhecimento da comunidade escolar quanto às possibilidades que esta proposta oferece e a não exigência de preparo profissional para o trabalho com esses alunos, retardam a oferta de respostas educativas que atendam as necessidades educacionais especiais.

Para efetivar a educação inclusiva nas escolas brasileiras é necessário, além de políticas que garantam a implantação da proposta, a reestruturação das escolas para acomodar e auxiliar os alunos em sua vida escolar, bem como oferecer meios de para que os professores se atualizem e se adaptem à nova forma de trabalho.

Por este trabalho percebe-se que a química não é um empecilho para o ensino à deficientes visuais, porém devemos capacitar os professores para que estes possam oferecer um ensino de qualidade.

Agradecimentos

Agradeço aos professores orientadores que me ajudaram a desenvolver este trabalho, bem como a outros professores e alunos do Colégio em questão que me auxiliaram desenvolver este trabalho.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei e Diretrizes Bases – Lei Darci Ribeiro*. Lei Federal nº 9394. Brasília: DF, CNE/MEC, 1996.

RIBEIRO, M.L.S. e BAUMEL, R. C. R. de C. *Educação Especial: Do Querer ao Fazer* – Avercamp – São Paulo – 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Declaração de Salamanca*. Brasília: DF: SEESP/MEC, 1994.

LORENÇO, I.M.B. e MARZORATI, L.; *Atas do V ENPEC – Nº 5* – 2005.